



TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos com a finalidade de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pertencente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

2.DESCRICÃO DE OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Cadeira de plástico com braço	UND	29
02	CADEIRA LONGARINA - Revestimento do assento e encosto, tecido 100% polipropileno. Assento e encosto modelo diretor com madeiras compensadas e espumas injetadas com densidade média de 55kg/m ³ . Base em tubo de aço carbono 50x30. Braços fixos em polipropileno.	UND	12
03	Cadeira Presidente - Cadeira giratória. Base piramidal. Rodízio PU 65mm - indicado para porcelanato e anti riscos. Assento e encosto em tela. Braço 3D - regulagem de altura, profundidade e angular lateral. Assento com regulagem de profundidade. Apoio de lombar ajustável. Encosto de cabeça ajustável. Encosto com regulagem de altura. Mecanismo de reclinção do encosto slider - 3 posições de travamento ou solto com balanço. Base com regulagem de altura por meio de mecanismo à gás.	UND	05
04	Cadeira tipo secretária fixa sem braço - Base fixa, tipo "S", em tubo redondo de uma polegada com espessura de 2,25 mm, com pintura epóxi preta; Assento e encosto em	UND	08



	espuma injetada D45 com revestimento em tecido preto com contra capa protetora injetada em polipropileno; Suporta até 120 kg		
05	Mesa tipo birô para escritório	UND	03
06	Mesa de madeira para cozinha no mínimo 2,00 x 1,00, envernizada.	UND	01
07	Mesa de plástico quadrada 70 x 70 de alta resistência.	UND	19
08	Armário de aço, com duas portas e tranca.	UND	04
09	Armário de madeira duas portas para escritório	UND	02
10	Freezer Horizontal com 546L, controle de temperatura.	UND	01
11	Microfone Lapela Sem Fio Pro – qualidade igual ou superior à Boya.	UND	01
12	Tela de Projeção Manual Retrátil medindo 2,00M X 2,00M, qualidade igual ou superior a Multilaser	UND	01
13	Gelágua de Coluna com Garrafão Inferior- Água quente, gelada e natural, de qualidade igual ou superior à Esmaltec.	UND	01
14	Ar Condicionado tipo Split Hi Wall Inverter 12.000	UND	03
15	Computador de mesa completo com processador 10ª geração de Intel® Core™ i7-10700 (8-core, cache de 16MB, 2.9GHz até 4.8GHz) ssd 240GB monitor LED hdmi 19.5	UND	02
16	Impressora tipo Multifuncional com Tanque De Tinta, cabo e Wireless	UND	02
17	Smart TV LED 75", 4K HDR, Android, Wi-Fi, 3 USB, 4 HDMI	UND	01



18	Mesa tipo birô para Escritório com 4 Gavetas com tranca, em Tamburato	UND	01
19	Hd externo 1TB	UND	01
20	Estabilizador - Estabilizador Eletrônico Potências:1000VA Entrada: 220Vca / Saída: 220Vca Possui 4 Tomadas 4 níveis de proteção Microprocessado Especificações: - Modelos: Save Pro 1000VA 1.2 - Códigos: EST0014 - Potência: 1000VA - Tensão de entrada: 220V - Tensão de saída: 220V - Fusíveis de entrada: 4A - Mínima tensão de trabalho: 178V - Painel: Plástico - LED: 3 LEDs (modo rede, baixa tensão, alta tensão) - Dimensões (LxAxP): 107x153x223mm *Especificações sujeitas a alteração sem prévio aviso Itens Inclusos: 01 (um) Estabilizador Eletrônico 1000VA	Und	02
21	Projeto Multimídia - Projetor LED Full Hd T6 4K 3500 Lumens Usb 1080P; Lcd Display	Und	01

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Preliminarmente, cabe esclarecer que os móveis, eletrodomésticos e equipamentos acima citados, foram apresentados e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social em assembleia ordinária. Vale salientar que os itens serão adquiridos com recursos oriundo de emenda parlamentar da Programação SIGTV nº 240940720200004. Justificamos que a Aquisição dos Materiais permanentes e eletrodomésticos, se faz necessária para dar melhor suporte qualitativo na execução e operacionalização dos serviços ofertados na instituição Associação Beneficente Firmo Antônio Chaves – ABFAC para os usuários do SUAS / Idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). É importante ressaltar que a associação em questão funciona como uma extensão e ampliação dos serviços já ofertados pela Proteção Social



Básica (PSB) no município, como avaliação nutricional, atendimento psicossocial e entretenimento aos idosos com o forró dos idosos. E é sabido que quanto mais desenvolvermos um trabalho com suporte não apenas técnico, mas também estrutural em termos de equipamentos para os nossos usuários, mais satisfatório será o resultado na eficácia do serviço público prestado.

4. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

4.1. O valor estipulado será mensurado por meio de sistema de cesta de preço.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Informamos que os recursos destinados à cobertura das despesas se encontram alocados no Orçamento Geral do Município.

6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo do Contrato decorrente da licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação.

6.1.1. Os contratos, poderão ter vigência de Até 12 meses, contados de sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

7.1. Os fornecimentos a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

7.2. A prestação dos fornecimentos não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8. FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

8.1. O prazo para o início do fornecimento do objeto será a partir do recebimento da Ordem de Compras.

8.2. Os fornecimentos serão prestados nas unidades administrativas do município de Pau dos Ferros/RN, conforme solicitação da administração municipal.

8.3. As despesas com motorista, combustível, transporte e manutenção do veículo serão por conta da contratada;

8.4. A **CONTRATADA** será civil e criminalmente responsável por todo e qualquer acidente ou danos causados aos funcionários ou a terceiros, na realização dos fornecimentos contratados, inclusive pagamento de indenizações devidas;



- 8.5.** Caso o veículo apresente qualquer problema mecânico ou outro que resulte na paralisação da prestação do fornecimento, o mesmo deve ser substituído em até 03 (três) horas pela contratada, sem qualquer prejuízo ou maiores atrasos, sendo que as despesas com a referida substituição de veículo são por conta da contratada;
- 8.6.** O início da prestação dos fornecimentos será em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura da Ordem de Compras;
- 8.7.** Os fornecimentos serão prestados e tidos como concluído provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.8.** Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.9.** Os fornecimentos serão tidos como totalmente prestados definitivamente, após a constatação e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 8.10.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos fornecimentos, fixando prazo para a sua correção;
- 9.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Executar os fornecimentos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os fornecimentos efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 10.3.** Não transferir a outrem o objeto deste termo de referência, exceto nos casos de subcontratação parcial, desde que expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.
- 10.4.** Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, quando couber;
- 10.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.6.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos fornecimentos a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.7.** Vedar a utilização, na execução dos fornecimentos, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.8.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.9.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do fornecimento;
- 10.10.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.11.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do fornecimento, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.12.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.13.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.14.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos fornecimentos;
- 10.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.17.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.18.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da



licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos fornecimentos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2.** A verificação da adequação da prestação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 11.3.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará.
- 11.4.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do fornecimento em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 11.5.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos fornecimentos.
- 11.6.** O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.7.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos fornecimentos deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 11.8.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.9.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.10.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1.** Na hipótese de a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
- 12.1.1.** Pelo atraso na realização do fornecimento: 1% (um por cento) do valor do fornecimento não executado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- 12.1.2.** Pela recusa em efetuar a execução, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de conclusão estipulado: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- 12.1.3.** Pela demora da execução do fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor contratado, por dia decorrido;
- 12.1.4.** Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 12.2.** As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 12.3.** As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 12.4.** A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.
- 12.5.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.
- 12.6.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou do crédito existente na CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 12.7.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da CONTRATANTE, devidamente justificado.
- 12.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 12.9.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN em até 30 dias úteis contados da apresentação da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, acompanhado de regularidade fiscais;
- 13.2.** O pagamento será creditado em conta bancária, por meio de transferência eletrônica de valores em favor da empresa CONTRATADA, conforme indicado na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 13.3.** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa,



esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a PMPF.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A Empresa deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da prestação de fornecimento, sem qualquer ônus à PMPF.

15. O FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros/RN, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Pau dos Ferros/RN, 03 de março de 2022.

ERICO DANTAS DE SOUZA
Gerente de Compras